

RESSALVA

Atendendo a solicitação do(a) autor(a), Leandro Moreira Pinto, o texto completo deste documento será disponibilizado somente a partir de 06/09/2027.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE ENGENHARIA DE BAURU – FEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

Leandro Moreira Pinto

**EFICIÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE POR
MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS (DEA)**

**Bauru
2026**

Leandro Moreira Pinto

**EFICIÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE POR
MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS (DEA)**

Texto de defesa apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção, junto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Faculdade de Engenharia de Bauru da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru.

Orientador: Prof. Dr. Enzo Barberio Mariano.

Bauru
2026

M838e	Pinto, Leandro Moreira Eficiência do Sistema Penitenciário Brasileiro: Uma Análise por Meio da Análise Envoltória de Dados (DEA) / Leandro Moreira Pinto. -- Bauru, 2026 128 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Engenharia, Bauru Orientador: Enzo Barberio Mariano 1. Desenvolvimento sustentável. 2. Sustentabilidade. 3. Segurança Pública. 4. Pesquisa Operacional (PO). I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LEANDRO MOREIRA PINTO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, DA FACULDADE DE ENGENHARIA - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 05 de março de 2026, às 9h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de LEANDRO MOREIRA PINTO, intitulada "EFICIÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS (DEA)". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. ENZO BARBERIO MARIANO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Engenharia de Produção / UNESP / Câmpus de Bauru - FEB, Prof. Dr. HERICK FERNANDO MORALLES (Participação Virtual) do(a) Departamento Business / Universitat de Barcelona, Prof.^a Dr.^a DAISY APARECIDA DO NASCIMENTO REBELATTO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Engenharia de Produção / Escola de Engenharia de São Carlos - EESC/USP, Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Prof. Dr. ENZO BARBERIO MARIANO

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha família, pelo apoio incondicional ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Foram a base que sustentou cada etapa deste percurso.

Ao meu orientador, Professor Dr. Enzo Barberio Mariano, pela orientação criteriosa, pelo rigor científico, pela leitura atenta desta pesquisa e pela confiança depositada no meu trabalho. Sua condução acadêmica foi fundamental para o amadurecimento desta dissertação, bem como para minha formação como pesquisador.

Ao Professor Dr. Diogo Ferraz, que foi decisivo na concepção desta pesquisa e no incentivo para que eu iniciasse este percurso acadêmico. Sua orientação atenta, rigor intelectual e disponibilidade constante foram fundamentais em todas as etapas deste trabalho. Sua confiança, incentivo e parceria contribuíram de maneira profunda para minha formação como pesquisador. Sua contribuição ultrapassa esta dissertação e se projeta em minha trajetória acadêmica.

Aos professores que compuseram minha banca de qualificação e defesa, pelas leituras atentas, sugestões precisas e contribuições que elevaram a qualidade deste trabalho.

Aos colegas de mestrado do PPGEP, pelas discussões acadêmicas, pelas trocas e pela convivência que tornou este processo mais leve.

A minhas amigas Jeilce e Nirvana, pelo apoio, pela escuta atenta e pela amizade que sustentou muitos momentos desta caminhada. Compartilhar dúvidas, angústias e conquistas com vocês fez toda a diferença.

Ao *Research Group on Sustainability and Human Development (RGSHD)*, espaço de reflexão e produção científica que ampliou minha compreensão sobre desenvolvimento humano, sustentabilidade e instituições, influenciando diretamente a construção teórica deste trabalho.

Ao *Center for Studies on Productive Structure, Human Development, and Sustainability (NEPDHS)*, pelas discussões e pela troca constante de conhecimentos que contribuíram para o amadurecimento teórico e metodológico desta pesquisa.

Agradeço, ainda, à UNESP pela formação acadêmica e pelo ambiente institucional que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa, bem como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido.

Por fim, registro meus agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Resumo

Diversos países enfrentam desafios estruturais e gerenciais na administração do sistema penitenciário, especialmente em contextos de países em desenvolvimento. Esta dissertação busca preencher essa lacuna por meio de dois artigos interligados e tem como objetivo desenvolver modelos para a mensuração da eficiência das unidades penitenciárias brasileiras na promoção da ressocialização dos presos, considerando fatores estruturais, operacionais e sociais. O primeiro artigo realiza uma Revisão Sistemática da Literatura com base na análise de 733 artigos científicos internacionais, organizados em cinco dimensões: capital humano e políticas sociais, reincidência, medidas alternativas à prisão, ressocialização e análise da eficiência e gerenciamento. Os resultados evidenciam a predominância de abordagens voltadas à custódia e à gestão de recursos, enquanto a ressocialização permanece subexplorada, sobretudo em países em desenvolvimento. O segundo artigo desenvolve o *Prison Resocialization Efficiency Index (PREI)*, estruturado nas dimensões de Eficiência Operacional para Ressocialização com o *Operational Efficiency for Resocialization (OER)* e Eficiência Social para Ressocialização com o *Social Efficiency for Resocialization (SER)*. Utilizando a técnica de Análise Envoltória de Dados (DEA-BCC), o estudo avaliou 1054 Unidades Penitenciárias brasileiras em 2024. Os resultados indicam associação limitada entre OER e SER, revelando heterogeneidade institucional e ausência de alinhamento sistemático entre infraestrutura e participação efetiva dos presos. Ademais, o tamanho das UPs não se mostrou determinante para o desempenho ressocializador. O estudo propõe ainda duas políticas públicas estruturantes: o Programa Nacional de Incentivo à Infraestrutura das Unidades Prisionais (PNIIUPs), orientado ao aprimoramento da eficiência operacional mediante critérios de financiamento baseados em desempenho, e o Programa Nacional de Ativação Ressocializadora (PNAR), voltado ao fortalecimento da participação dos presos em atividades educacionais e laborais. Ao integrar revisão teórica e modelagem quantitativa aplicada, a dissertação contribui para o avanço do debate sobre governança penitenciária e oferece subsídios para a formulação de políticas públicas orientadas por evidências no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Sistema penitenciário; Eficiência; Revisão Sistemática da Literatura; *Data Envelopment Analysis (DEA)*.

Abstract

Several countries face structural and managerial challenges in the administration of prison systems, particularly in developing country contexts. This dissertation seeks to address this gap through two interrelated articles and aims to develop models to measure the efficiency of Brazilian prison units in promoting inmate resocialization, considering structural, operational, and social factors. The first article conducts a Systematic Literature Review based on the analysis of 733 international scientific articles, organized into five dimensions: human capital and social policies, recidivism, alternatives to imprisonment, resocialization, and efficiency and management analysis. The results highlight the predominance of approaches focused on custody and resource management, while resocialization remains underexplored, especially in developing countries. The second article develops the Prison Resocialization Efficiency Index (PREI), structured around the dimensions of Operational Efficiency for Resocialization (OER) and Social Efficiency for Resocialization (SER). Using the Data Envelopment Analysis technique (DEA-BCC), the study evaluated 1054 Brazilian Prison Units in 2024. The results indicate a limited association between OER and SER, revealing institutional heterogeneity and a lack of systematic alignment between infrastructure and inmates' effective participation. Furthermore, the size of the Prison Units did not prove to be a determining factor in resocialization performance. The study also proposes two structural public policies: the National Program for Incentivizing Prison Infrastructure (PNIIUPs), aimed at improving operational efficiency through performance-based funding criteria, and the National Resocialization Activation Program (PNAR), focused on strengthening inmates' participation in educational and labor activities. By integrating theoretical review and applied quantitative modeling, this dissertation contributes to advancing the debate on prison governance and provides evidence-based support for public policy formulation in the Brazilian context.

Keywords: Prison system; Efficiency; Systematic Literature Review; Data Envelopment Analysis (DEA).

Lista de Figuras

Figura 1: <i>Framework</i> da pesquisa	14
Figura 2: Fluxograma PRISMA	26
Figura 3: Palavras-chave usadas para busca nas bases de dados.....	27
Figura 4: Visualização de densidade das palavras-chave.....	30
Figura 5: Frequência de palavras-chave ao longo do tempo	31
Figura 6: Produção científica anual e citações	32
Figura 7: Produção científica das revistas mais importantes.....	33
Figura 8: Artigos publicados, citações e citações por documento dos autores.....	34
Figura 9: Produção científica anual das cinco dimensões deste estudo	36
Figura 10: Rede de citações de documentos.....	37
Figura 11: Rede de coautoria.....	37
Figura 12: Produção e citação por país.....	38
Figura 13: Análise geográfica.....	38
Figura 14: Inputs e outputs dos modelos DEA.....	85
Figura 15: Correlação entre OER e capacidade das UPs.....	87
Figura 16: OER por mesorregião.....	89
Figura 17: Correlação entre SER e capacidade das UPs	92
Figura 18: SER por mesorregião	94
Figura 19: Correlação entre PREI e capacidade das UPs.....	97
Figura 20: PREI por mesorregião	98
Figura 21: Relação entre os valores de OER e SER do sistema penitenciário brasileiro.....	101
Figura 22: Variação nos rankings dos indicadores OER, SER e PREI	103

Lista de Tabelas

Tabela 1: Artigos que estudaram de alguma forma a eficiência do sistema penitenciário por meio de revisão sistemática da literatura ou bibliometria. RSL: Revisão Sistemática da Literatura, MA: Metanálise.	22
Tabela 2: Critérios de inclusão e exclusão	28
Tabela 3: Dimensões da eficiência do sistema penitenciário	35
Tabela 4: 20 artigos mais relevantes da dimensão capital humano e políticas sociais.....	44
Tabela 5: 20 artigos mais relevantes da dimensão reincidência.....	49
Tabela 6: 20 artigos mais relevantes da dimensão medidas alternativas à prisão	54
Tabela 7: 20 artigos mais relevantes da dimensão ressocialização	59
Tabela 8: 20 artigos mais relevantes da dimensão eficiência e gerenciamento.....	64
Tabela 9: Principais gaps encontrados na literatura	66
Tabela 10: Principais modelos DEA na forma de multiplicadores	82
Tabela 11: OER médio por quartil	86
Tabela 12: OER médio por tamanho das UPs	86
Tabela 13: OER médio por mesorregião	88
Tabela 14: Top10 OER por UPs.....	90
Tabela 15: Bottom 10 OER por UPs	90
Tabela 16: SER médio por quartil	91
Tabela 17: SER médio por tamanho das UPs.....	91
Tabela 18: SER médio por mesorregião.....	93
Tabela 19: Top10 SER por UPs	95
Tabela 20: Bottom 10 SER por UPs.....	95
Tabela 21: PREI médio por quartil.....	96
Tabela 22: PREI médio por tamanho das UPs	96
Tabela 23: PREI médio por mesorregião	98
Tabela 24: Top10 PREI por UPs	99
Tabela 25: Bottom 10 PREI por UPs.....	100

Sumário

1. CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	10
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS	12
1.2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	13
1.3. FRAMEWORK E DA PESQUISA.....	13
1.4. CONTRIBUIÇÕES E JUSTIFICATIVA.....	14
2. CAPÍTULO 2 – EFICIÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO MUNDIAL: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA.....	18
2.1. INTRODUÇÃO	18
2.2. REVISÕES SISTEMÁTICAS DA LITERATURA SOBRE EFICIÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.....	21
2.3. MÉTODO	24
2.4. RESULTADOS	29
2.4.1. BIBLIOMETRIA.....	29
2.4.2. ANÁLISE DE ESCOPO.....	39
2.4.2.1. DIMENSÃO CAPITAL HUMANO E POLÍTICAS SOCIAIS.....	40
2.4.2.2. DIMENSÃO REINCIDÊNCIA	46
2.4.2.3. DIMENSÃO MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO.....	51
2.4.2.4. DIMENSÃO RESSOCIALIZAÇÃO	56
2.4.2.5. DIMENSÃO EFICIÊNCIA E GERENCIAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	61
2.5. GAPS DA LITERATURA	66
2.5.1. GAPS GERAIS.....	67
2.5.2. GAPS SOBRE CAPITAL HUMANO E POLÍTICAS SOCIAIS	69
2.5.3. GAPS SOBRE REINCIDÊNCIA	69
2.5.4. GAP SOBRE MEDIDAS ALTERNATIVAS A PRISÃO	70
2.5.5. GAPS SOBRE RESSOCIALIZAÇÃO.....	71
2.5.6. GAPS SOBRE EFICIÊNCIA E GERENCIAMENTO.....	71
2.6. CONCLUSÃO DO ARTIGO 1	72
3. CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DA RESSOCIALIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS (DEA)	74
3.1. INTRODUÇÃO	74
3.2. O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO.....	77
3.3. MÉTODO	81
3.4. RESULTADOS	85
3.4.1. MODELO 1: EFICIÊNCIA OPERACIONAL (OER)	85
3.4.2. MODELO 2: EFICIÊNCIA SOCIAL (SER)	91
3.4.3. EFICIÊNCIA GLOBAL (PREI).....	95

3.4.4. CORRELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES.....	100
3.5. RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS	105
3.6. LIMITAÇÕES E DIREÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	107
3.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
4. CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO GERAL	110
REFERÊNCIAS	112

1. CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

A violência impacta negativamente o cotidiano dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, pois impede o acesso à educação, dificulta o acesso à saúde, gera instabilidade política e econômica, bem como desencadeia um processo de redução do capital humano devido à insegurança e ao medo da população (Poveda, 2011; Raj; Kalluru, 2023). Este problema social eleva os custos econômicos, pois reduz a produtividade do trabalho e a riqueza dos países (Poveda, 2011).

A violência deriva de questões sociais, tais como a desigualdade de renda e de oportunidades, a pobreza, a exclusão social e política e os desafios de governança nos países (Sen, 2007). Devido a isso, os países em desenvolvimento têm experienciado o aumento da violência urbana e a consequente deterioração da segurança pública (Gpi, 2023). Isto tem influenciado a política em regiões como a América Latina e a África (Büscher, 2020; Carreras, 2013), onde a manifestação mais evidente da violência ocorre no cometimento de crimes (i.e., homicídios, furtos e assaltos) (Altamirano *et al.*, 2020; 2022; Asongu; Acha-Anyi, 2019; Perea, 2019). Nesse contexto, a segurança pública surge como um eixo estratégico na agenda política, a fim de promover alternativas para reduzir a criminalidade. Na maioria dos países em desenvolvimento, a política de segurança pública mais utilizada é o encarceramento da população (Altamirano *et al.*, 2020; Flegl; Gress, 2023).

O encarceramento nos países em desenvolvimento se mostra a alternativa de curto prazo mais utilizada, tendo em vista a falta de políticas públicas de longo prazo para a diminuição da criminalidade (i.e., educação, políticas sociais para igualdade de renda, acesso ao mercado de trabalho formal) (Baggio *et al.*, 2020; Limoncelli, Katherine E *et al.*, 2020). Neste sentido, os indivíduos encarcerados são processados e julgados e, após a condenação, os presos cumprem a pena em Unidades Prisionais (UPs). Após o cumprimento da pena, estes indivíduos devem retornar ao convívio social.

Considerando que o retorno dos presos à sociedade é inevitável, o período de cumprimento da pena nas UPs é crucial na preparação dos presos para a reintegração social (Muhammad *et al.*, 2017). Neste aspecto, quando a reintegração se torna uma política de Estado, o indivíduo estará menos propenso a cometer novos crimes e poderá contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico do país (Petre; Tomita, 2022; Raj; Kalluru, 2023).

Entretanto, o aumento do encarceramento pressiona o sistema penitenciário, que enfrenta problemas estruturais pela falta de investimento e pela falta de programas para a

ressocialização dos presos, como a superlotação, falta de infraestrutura, falta de capital humano, dentre outros (Baggio *et al.*, 2020; Limoncelli, Katherine E *et al.*, 2020). Por exemplo, o sistema penitenciário brasileiro enfrenta desafios estruturais históricos, agravados pela alta criminalidade e pela crescente superlotação das UPs (Dal Santo, 2022). A precariedade da infraestrutura das UPs compromete não apenas a dignidade dos presos, mas também a eficácia das instituições (Dal Santo, 2022; Gama-Araujo *et al.*, 2020). Em 2022, o excedente de 191 799 presos em relação à capacidade disponível resultou em uma taxa de ocupação de 1,4 preso por vaga, evidenciando a insuficiência dos recursos investidos e a complexidade do sistema que abriga um elevado número de presos (Sisdepen, 2024).

A superlotação das UPs, aliada a condições de vida degradantes, evidencia a fragilidade do sistema penitenciário brasileiro (SISDEPEN, 2024). Além disso, a ineficiência dos programas de ressocialização tem agravado a situação do sistema penitenciário brasileiro, elevando as taxas de reincidência criminal (Dal Santo, 2022; Petterini *et al.*, 2023). Esse cenário é reflexo de décadas de desafios sistêmicos e da deterioração contínua das condições do sistema penitenciário nos países em desenvolvimento.

Diante dessa precariedade, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Medida Cautelar na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 347/DF (Brasil, 2015), declarou o sistema penitenciário brasileiro em estado de coisas inconstitucional. O tribunal identificou violações generalizadas e sistemáticas dos direitos fundamentais, decorrentes da inércia ou da incapacidade reiterada e persistente das autoridades. Além disso, o STF destacou a incapacidade do sistema penitenciário de promover a ressocialização dos presos. Em resposta, as reformas estruturais propostas deveriam ser implementadas por meio de políticas públicas que integrem objetivos, metas, ações, planos e programas governamentais voltados à resolução dos problemas (De Carvalho, 2012; Silva *et al.*, 2024).

Neste contexto, urge a necessidade de avaliar e debater as políticas públicas do sistema penitenciário, em especial nos países em desenvolvimento. Essas avaliações devem ser realizadas prioritariamente de forma interdisciplinar e no ambiente acadêmico, a fim de oferecer uma análise alternativa para a resolução dos problemas do sistema penitenciário (Silva *et al.*, 2024). Para isso, a Engenharia de Produção, por meio da Gestão de Operações e da análise quantitativa, contribui para a identificação de agentes (in)eficientes, bem como para a formulação de políticas públicas, por meio de indicadores de eficiência para o sistema penitenciário.

Em um contexto marcado pela precariedade e ineficiência, é fundamental aprimorar a gestão dos recursos, a fim de aumentar a eficiência operacional e mitigar a superlotação do sistema penitenciário (Johnson *et al.*, 1997). Mais do que isto, uma gestão eficaz otimiza o uso de recursos financeiros e materiais e garante condições adequadas de infraestrutura, segurança e atendimento à saúde. Ao melhorar a gestão penitenciária, cria-se um ambiente mais saudável para os presos por meio de condições de vida mais dignas. Esse ambiente também beneficia os agentes penitenciários, ao melhorar a segurança e a qualidade do trabalho.

Além disso, uma gestão eficiente do sistema penitenciário gera impacto positivo na sociedade, ao facilitar a ressocialização dos presos e reduzir a reincidência criminal (Baffour *et al.*, 2024). Um modelo de gestão integrada e eficiente não só visa melhorar as condições internas do sistema penitenciário, mas também reduz custos sociais e econômicos associados à criminalidade, auxiliando o processo de desenvolvimento socioeconômico do país (Greenwood, 2008; Schnepel, 2016; Sullivan *et al.*, 2016).

1.1. Problema de pesquisa e objetivos

Diante do exposto, esta dissertação busca responder ao seguinte problema de pesquisa: *Qual a melhor forma de se avaliar a eficiência de unidades prisionais no contexto brasileiro? Quais unidades prisionais do sistema penitenciário brasileiro apresentam os maiores índices de eficiência e quais os principais fatores que explicam essa eficiência?*

O objetivo geral desta dissertação é desenvolver modelos para a mensuração da eficiência das UPs brasileiras na promoção da ressocialização dos presos, considerando fatores estruturais, operacionais e sociais. A fim de dar suporte a este objetivo, esta dissertação estabelece os seguintes objetivos específicos, a saber:

- i) Conduzir uma revisão sistemática da literatura internacional com o objetivo de identificar abordagens e métodos aplicados na análise da eficiência do sistema penitenciário;
- ii) Avaliar a eficiência das UPs brasileiras na promoção da ressocialização, com ênfase em atividades relacionadas à educação e ao trabalho.

1.2 Estrutura da dissertação

Para alcançar esses objetivos, esta dissertação está dividida em dois artigos científicos. O primeiro é uma revisão sistemática da literatura internacional sobre a eficiência do sistema penitenciário, identificando fatores que influenciam a eficiência em diversas dimensões, como a ressocialização, a gestão e as medidas alternativas à prisão. Inicialmente, realizou-se uma análise bibliométrica de 733 trabalhos, o que permitiu mapear as citações e os principais estudos na área. Em seguida, o artigo conduziu uma revisão sistemática da literatura, que examinou em profundidade 100 artigos científicos internacionais.

O segundo artigo mensura a eficiência das UPS do sistema penitenciário brasileiro em dois aspectos: a Eficiência Operacional para Ressocialização, *Operational Efficiency for Resocialization (OER)*, que analisa a eficiência do sistema penitenciário em converter despesas financeiras e número de presos das UPs em capacidade das salas de aula e capacidade das bibliotecas; e a Eficiência Social para Ressocialização, o *Social Efficiency for Resocialization (SER)*, que analisa a eficiência do sistema em converter despesas financeiras em número de presos trabalhando e estudando. Além disso, foi proposto um indicador de eficiência global que abrange os dois indicadores anteriores: o *Prison Resocialization Efficiency Index (PREI)*. A análise foi quantitativa e prática, avaliando as UPs e sugerindo melhorias com base nos resultados.

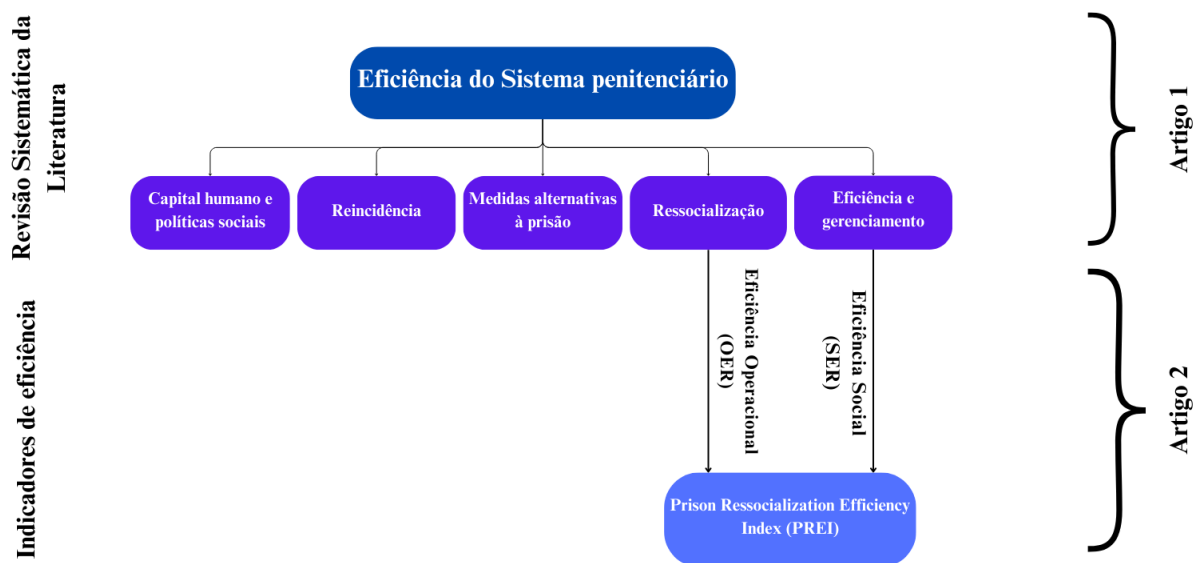
Em suma, os dois artigos científicos propostos se complementam, oferecendo uma visão completa da eficiência do sistema penitenciário, desde o levantamento teórico até a aplicação prática. O primeiro artigo, de revisão sistemática, aborda de forma abrangente os fatores que impactam a eficiência do sistema, reunindo as principais evidências da literatura. O segundo artigo analisa quantitativamente os inputs e outputs da eficiência do sistema penitenciário, sugerindo melhorias e formulação de políticas públicas.

1.3 Framework e da pesquisa

A Figura 1 apresenta o *Framework* desta dissertação, que destaca as etapas da pesquisa: a etapa 1 corresponde ao Artigo 1, enquanto a etapa 2 compõem o Artigo 2. O ponto de partida desta dissertação foi a análise da eficiência do sistema penitenciário, com foco em aprimorar a gestão.

A primeira etapa corresponde ao artigo 1 e consiste em uma revisão sistemática da literatura, com foco na eficiência do sistema penitenciário em âmbito internacional. Nessa análise, foram identificadas cinco dimensões de eficiência e 19 *research gaps*. A etapa bibliométrica abrangeu 733 trabalhos, dos quais 100 foram selecionados para uma revisão aprofundada. Os *gaps* encontrados orientaram a elaboração do Artigo 2 e formam uma agenda de pesquisa para estudos futuros, abrangendo tanto *gaps* gerais sobre a eficiência do sistema penitenciário quanto específicos de cada dimensão.

Figura 1: *Framework* da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

A etapa 2 se refere ao Artigo 2. A etapa 2 aborda a eficiência na ressocialização, que depende não apenas das atividades de ressocialização, mas também da gestão eficiente dos recursos disponíveis nas UPs. A eficiência na ressocialização é analisada por meio de dois indicadores: a Eficiência Operacional para Ressocialização (OER), relacionada à infraestrutura física, e a Eficiência Social para Ressocialização (SER), vinculada à disponibilidade de trabalho e de educação para os presos. A combinação dessas variáveis resulta em um indicador global (PREI) que reflete a eficiência na promoção da ressocialização.

1.4 Contribuições e Justificativa

Frente ao exposto, esta dissertação contribui para a literatura internacional especializada em diversos aspectos. Primeiro, há uma contribuição teórica, pois o trabalho preenche as lacunas de pesquisa identificadas na revisão sistemática da literatura. Foi identificada uma

lacuna acerca de estudos que avaliam quantitativamente o sistema penitenciário, em especial, nos países em desenvolvimento (Alda, 2022). Ademais, não foram encontrados estudos que mensurassem a eficiência das UPs na ressocialização dos presos (Dos Santos *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2024).

Segundo, este trabalho contribui metodologicamente ao empregar a técnica Análise Envoltória de Dados - *Data Envelopment Analysis (DEA)*, que permite avaliar a eficiência das UPs por meio de múltiplos inputs e outputs (Hall, M. J. *et al.*, 2013; Rogge *et al.*, 2015). Esses fatores, como recursos financeiros, infraestrutura e índices de reincidência, não foram explorados quantitativamente na literatura especializada (Cesaroni; Lamberti, 2014; Hall, M. J. B. *et al.*, 2013; Hennebel *et al.*, 2017; Rogge *et al.*, 2015). Ao integrar essas variáveis, a DEA oferece uma visão mais abrangente da eficiência das UPs, superando as abordagens tradicionais que analisam aspectos isolados (Charnes *et al.*, 1978; Cooper *et al.*, 2007). Com isso, o estudo apresenta uma análise abrangente, fornecendo uma ferramenta analítica relevante para a melhoria da gestão e das políticas públicas no sistema penitenciário.

A terceira contribuição é prática, pois envolve a criação de indicadores por meio do DEA, o que facilita a formulação de políticas públicas para melhorar a alocação de recursos físicos e humanos e otimizar a ressocialização no sistema penitenciário. Com os índices de Eficiência Operacional para Ressocialização (OER), Eficiência Social para Ressocialização (SER) e Eficiência Global (PREI), será possível promover uma gestão penitenciária mais eficiente no Brasil. Esses índices permitirão identificar as UPs mais eficientes, estabelecer *benchmarks* para as UPs menos eficientes em termos operacionais e sociais, e avaliar a eficiência global. A partir dessa análise, será possível realizar uma alocação mais assertiva de recursos financeiros e humanos, direcionando-os a áreas como infraestrutura, segurança e programas de ressocialização. Além disso, com a implementação desses indicadores, será possível realizar um monitoramento contínuo das UPs, facilitando a tomada de decisões e a implementação de intervenções em tempo hábil. Esse indicador ainda pode ser aplicado a outros países em desenvolvimento, contribuindo para a melhoria do sistema penitenciário em contextos semelhantes.

A quarta contribuição é social. Programas de ressocialização mais eficazes reduzem a reincidência e melhoram as condições de vida dos presos durante o encarceramento. As atividades de trabalho e educação são formas de aproveitar melhor o tempo de prisão, promovendo um ambiente de pertencimento e criando laços sociais (Bushway; Apel, 2012; Veeh *et al.*, 2024). Após a libertação, os ex-presos terão mais chances de melhorar suas

condições sociais, pois o aprimoramento da eficiência na ressocialização pode facilitar a inclusão social e reduzir a exclusão, oferecendo mais oportunidades de emprego e uma reintegração mais fácil na sociedade (Anderson *et al.*, 2024; Foley, 2001). Com mais presos ressocializados, há um aumento da segurança nas comunidades, já que a reintegração bem-sucedida pode resultar na redução das taxas de criminalidade, impactando positivamente na segurança local (Khoshnami *et al.*, 2021). Além disso, um ambiente penitenciário mais eficiente e bem gerido contribui para o bom funcionamento das UPs, proporcionando um ambiente de trabalho melhor e aumentando o bem-estar dos funcionários. Esse contexto favorece a promoção da justiça social, pois um sistema penitenciário mais eficiente pode resultar em um tratamento mais justo e humano dos presos, reduzindo desigualdades sociais e promovendo o respeito aos direitos humanos. A elaboração dos indicadores pode influenciar a formulação de políticas públicas que promovam uma ressocialização efetiva, aprimorando a relação entre a população carcerária e a sociedade.

Esta dissertação dialoga com a Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, que trata da promoção da paz, do acesso à justiça e do fortalecimento de instituições eficazes e responsáveis (United Nations, 2015). Ao propor modelos para mensurar a eficiência das UPs na ressocialização, este estudo contribui com a elaboração de métodos capazes de avaliar a capacidade do Estado de cumprir a função legal e social no contexto penitenciário (Brasil, 1984). Esta pesquisa também se conecta ao ODS 10, ao considerar desigualdades territoriais e institucionais na oferta de educação e trabalho aos presos, e aos ODS 4 e 8, ao reconhecer que o acesso à educação e ao trabalho constitui dimensão central da ressocialização (United Nations, 2015). Dessa forma, a análise do sistema penitenciário brasileiro é inserida em uma agenda internacional que associa governança pública, redução de desigualdades e fortalecimento da justiça institucional como elementos centrais do desenvolvimento sustentável.

Além dos dois artigos que compõem formalmente esta dissertação, a estrutura metodológica proposta neste trabalho deu origem ao artigo intitulado “*Assessing the efficiency of the penitentiary system in Minas Gerais, Brazil: Evidence from Data Envelopment Analysis (DEA)*”, publicado no periódico *International Journal of Law, Crime and Justice* (Q2; JCR 1,4; CiteScore 2,6) (Costa *et al.*, 2026). Trata-se de um estudo independente, derivado da agenda de pesquisa desenvolvida, mas que não integra formalmente a estrutura em capítulos da dissertação. Nesse estudo, foi avaliada, por meio da DEA, a eficiência das Unidades Prisionais

de Minas Gerais nas dimensões de custódia e de prestação de serviços institucionais, evidenciando a aplicabilidade regional do modelo proposto.

Por fim, este trabalho busca promover o debate acerca do sistema penitenciário, a fim embasar políticas públicas baseadas em evidência, que promovam o debate científico acerca da eficiência do sistema, ressocialização dos presos e, conseqüentemente, melhora na segurança pública dos países em desenvolvimento.

4. CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO GERAL

Esta dissertação teve como objetivo mensurar a eficiência das Unidades Prisionais (UPs) brasileiras na promoção da ressocialização dos presos, investigando se há distinção significativa entre a eficiência operacional e a eficiência social e se o tamanho das unidades influencia esses níveis de desempenho. Ao articular a revisão sistemática da literatura internacional e a análise empírica baseada em *Data Envelopment Analysis* (DEA), o estudo buscou oferecer uma abordagem integrada para compreender a eficiência institucional do sistema penitenciário brasileiro.

A revisão sistemática evidencia que a literatura sobre eficiência no sistema penitenciário permanece conceitualmente fragmentada e fortemente orientada por métricas custodiais e financeiras, tratando a ressocialização mais como princípio normativo do que como dimensão operacional mensurável. A identificação de 19 *research gaps* reforça a dispersão analítica do campo, marcada pela ausência de modelos multidimensionais capazes de articular a infraestrutura, a gestão institucional e os resultados sociais. O desafio que emerge não é apenas empírico, mas também conceitual: compreender a eficiência penitenciária como fenômeno multidimensional que ultrapasse a lógica de controle e incorpore, de forma mensurável, a capacidade institucional de promover a ressocialização.

Na análise empírica, observa-se que a eficiência na promoção da ressocialização não se organiza de forma sistêmica no conjunto das UPs brasileiras. A estrutura disponível e a participação efetiva dos presos não se apresentam como dimensões alinhadas, o que indica um sistema penitenciário marcado por desarticulação entre a capacidade instalada e o engajamento nas atividades. A ressocialização, embora prevista como finalidade da execução penal, emerge como fenômeno condicionado a arranjos organizacionais específicos, e não como consequência direta da expansão estrutural ou do tamanho das UPs. Assim, o desafio central não reside apenas na disponibilidade de recursos físicos, mas também na capacidade institucional de coordenar e sustentar práticas que convertam a estrutura em participação contínua.

Esta dissertação apresenta limitações que não comprometem a consistência dos resultados, mas delimitam o alcance interpretativo de suas conclusões. No plano teórico, embora a revisão sistemática tenha identificado 19 *research gaps* e organizado o campo em dimensões analíticas, a literatura internacional ainda carece de maior convergência conceitual e metodológica, o que dificulta a consolidação de um referencial integrado sobre a eficiência do sistema penitenciário. No plano empírico, a utilização de dados em corte transversal restringe a análise das trajetórias

institucionais ao longo do tempo e impede a análise de variações dinâmicas no desempenho das UPs. A ausência de modelagem dos determinantes da eficiência limita a identificação de fatores associados às diferenças observadas entre as UPs. Além disso, a operacionalização da ressocialização por meio da participação em atividades educacionais e laborais constitui uma aproximação mensurável do fenômeno, mas não esgota sua complexidade normativa e institucional. Essas restrições não comprometem a consistência dos resultados, mas delimitam o escopo interpretativo das conclusões e indicam caminhos para pesquisas futuras que integrem abordagens longitudinais, estratégias econométricas e análises qualitativas complementares.

Em síntese, esta dissertação demonstra que a eficiência penitenciária, especialmente no que se refere à ressocialização, não pode ser compreendida como resultado automático da expansão do encarceramento nem como atributo inerente à existência de infraestrutura. A partir da identificação de 19 *research gaps* na literatura internacional e da análise empírica das UPs brasileiras, evidencia-se que a ressocialização constitui fenômeno institucional complexo, dependente da articulação entre estrutura, gestão e participação dos presos. Ao integrar abordagem teórica e modelagem quantitativa, o estudo contribui para superar a fragmentação conceitual do campo e oferece uma base empírica consistente para o aprimoramento da governança penitenciária e para a formulação de políticas públicas orientadas por evidências.

REFERÊNCIAS

- AGAN, A. Y.; MAKOWSKY, M. D. The Minimum Wage, EITC, and Criminal Recidivism. **Journal of Human Resources**, 58, n. 5, p. 1712-1751, 2023. Article.
- AHARONI, E.; KLEIDER-OFFUTT, H. M.; BROSNAN, S. F. The price of justice: Cost neglect increases criminal punishment recommendations. **Legal and criminological psychology**, 25, n. 1, p. 47-61, 2020.
- ALDA, E. Does Size Influence Jail Efficiency? An Analysis of Local Jails in the United States. **Corrections**, 7, n. 2, p. 120-140, 2022.
- ALTAMIRANO, M.; BERENS, S.; LEY, S. The welfare State amid crime: how victimization and perceptions of insecurity affect social policy preferences in Latin America and the Caribbean. **Politics & Society**, 48, n. 3, p. 389-422, 2020.
- ALTAMIRANO, M.; BERENS, S.; LEY, S. Security or Social Spending? Perceptions of Insecurity, Victimization, and Policy Priorities in Mexico and Brazil. **Political Studies**, p. 00323217221096559, 2022.
- ALVES, M. W. F. M.; MARIANO, E. B. Climate justice and human development: A systematic literature review. **Journal of Cleaner Production**, 202, p. 360-375, 2018.
- ALZUA, M. L.; RODRIGUEZ, C.; VILLA, E. The quality of life in prisons: Do educational programs reduce in-prison conflicts? *In: The economics of crime: Lessons for and from Latin America*: University of Chicago Press, 2010. p. 239-264.
- ANDERSON, A.; FOX, R.; JONES, P.; JOSEPH, R. *et al.* Reentry and transition into college life: A study of formerly incarcerated individuals in Southern California. **JOURNAL OF HUMAN BEHAVIOR IN THE SOCIAL ENVIRONMENT**, 34, n. 2, p. 268-289, FEB 17 2024.
- ANDRADE, J.; GONÇALVES, R. A.; ABRUNHOSA, C.; CASTRO-RODRIGUES, A. D. Evidence-based Interventions Targeting Remand Prisoners: A Systematic Review and Meta-analysis. **EUROPEAN JOURNAL OF PSYCHOLOGY APPLIED TO LEGAL CONTEXT**, 16, n. 1, p. 49-59, JAN 2024.
- ARAÚJO, C. S.; MINAMISAVA, R.; MATOS, M. A.; VIEIRA, C. C. *et al.* Associated Factors of Quality of Life in Prison Officers, Brazil. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 17, n. 10, p. 3508, 2020.
- ARIA, M.; CUCCURULLO, C. bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of informetrics**, 11, n. 4, p. 959-975, 2017.
- ARIS. RELIGIOUS REHABILITATION PROGRAM TO CHANGE INDIVIDUAL BEHAVIORS OF INDONESIAN PRISONERS. **EUROPEAN JOURNAL FOR PHILOSOPHY OF RELIGION**, 15, n. 1, p. 314-335, 2023.

- ASONGU, S. A.; ACHA-ANYI, P. N. The murder epidemic: A global comparative study. **International Criminal Justice Review**, 29, n. 2, p. 105-120, 2019.
- AUTY, K. M.; LIEBLING, A. Exploring the relationship between prison social climate and reoffending. **Justice Quarterly**, 37, n. 2, p. 358-381, 2020.
- BAFFOUR, F. D.; FRANCIS, A. P.; CHONG, M. D.; HARRIS, N. Prison Overcrowding and Harsh Conditions: Health and Human Rights Concerns to Persons in Custody, Staff, and the Community. **Criminal Justice and Behavior**, 51, n. 3, p. 375-400, 2024.
- BAGGIO, S.; PEIGNÉ, N.; HELLER, P.; GÉTAZ, L. *et al.* Do overcrowding and turnover cause violence in prison? **Frontiers in psychiatry**, 10, p. 1015, 2020.
- BAGNALL, A.-M.; SOUTH, J.; HULME, C.; WOODALL, J. *et al.* A systematic review of the effectiveness and cost-effectiveness of peer education and peer support in prisons. **BMC public health**, 15, n. 1, p. 1-30, 2015.
- BAHR, S. J.; HARRIS, L.; FISHER, J. K.; ARMSTRONG, A. H. Successful Reentry What Differentiates Successful and Unsuccessful Parolees? **INTERNATIONAL JOURNAL OF OFFENDER THERAPY AND COMPARATIVE CRIMINOLOGY**, 54, n. 5, p. 667-692, OCT 2010.
- BALES, W. D.; PIQUERO, A. R. Assessing the impact of imprisonment on recidivism. **Journal of Experimental Criminology**, 8, n. 1, p. 71-101, 2012. Article.
- BALLUCCI, D. Producing criminality: The expanding power of crime analysts. **Crime, Law and Social Change**, 80, n. 4, p. 397-417, 2023.
- BARRY, M. 'Walking on ice': The future of parole in a risk-obsessed society. **Theoretical Criminology**, 25, n. 2, p. 325-342, 2021. Article.
- BAYER, P.; HJALMARSSON, R.; POZEN, D. Building criminal capital behind bars: Peer effects in juvenile corrections. **Quarterly Journal of Economics**, 124, n. 1, p. 105-147, 2009. Article.
- BEATON, B.; GERBER, J. Drug Addiction and Incarceration: A Call for Research and Transparency Among Prison-Based Substance Abuse Treatment Programs. **INTERNATIONAL JOURNAL OF OFFENDER THERAPY AND COMPARATIVE CRIMINOLOGY**, 2023 JUN 5 2023.
- BECKER, G. S. Crime and punishment: An economic approach. **Journal of political economy**, 76, n. 2, p. 169-217, 1968.
- BEECH, A.; HAMILTON-GIACHRITSIS, C. Relationship between therapeutic climate and treatment outcome in group-based sexual offender treatment programs. **SEXUAL ABUSE-A JOURNAL OF RESEARCH AND TREATMENT**, 17, n. 2, p. 127-140, APR 2005.
- BEIJERSBERGEN, K. A.; DIRKZWAGER, A. J.; NIEUWBEERTA, P. Reoffending after release: Does procedural justice during imprisonment matter? **Criminal Justice and Behavior**, 43, n. 1, p. 63-82, 2016.

BEIJERSBERGEN, K. A.; DIRKZWAGER, A. J.; VAN DER LAAN, P. H.; NIEUWBEERTA, P. A social building? Prison architecture and staff–prisoner relationships. **Crime & Delinquency**, 62, n. 7, p. 843-874, 2016.

BELMONTE-UREÑA, L. J.; PLAZA-ÚBEDA, J. A.; VAZQUEZ-BRUST, D.; YAKOVLEVA, N. Circular economy, degrowth and green growth as pathways for research on sustainable development goals: A global analysis and future agenda. **Ecological Economics**, 185, p. 107050, 2021.

BIRD, M.; NGUYEN, V.; GRATTET, R. Recidivism Outcomes Under a Shifting Continuum of Control. **American Journal of Criminal Justice**, 48, n. 3, p. 808-829, 2023. Article.

BOSTAN, I. Electronic Surveillance in Court Proceedings and in the Execution of Criminal Penalties: Legislative and Logistical Steps Regarding Operationalising the Electronic Monitoring Information System (EMIS) in Romania. **Laws**, 11, n. 4, 2022. Review.

BOURGON, G.; ARMSTRONG, B. Transferring the principles of effective treatment into a "real world" prison setting. **CRIMINAL JUSTICE AND BEHAVIOR**, 32, n. 1, p. 3-25, FEB 2005.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984: Lei de Execução Penal. 1984.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal (Tribunal pleno). Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347/DF. CUSTODIADO – INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL – SISTEMA PENITENCIÁRIO – ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADEQUAÇÃO.** Cabível é a arguição de descumprimento de preceito fundamental considerada a situação degradante das penitenciárias no Brasil. SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL – SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA – CONDIÇÕES DESUMANAS DE CUSTÓDIA – VIOLAÇÃO MASSIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – FALHAS ESTRUTURAIS – ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL – CONFIGURAÇÃO. Presente quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas e cuja modificação depende de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e orçamentária, deve o sistema penitenciário nacional ser caracterizado como “estado de coisas inconstitucional” [...]. Relator: Min. Marco Aurélio, 9 de setembro de 2015., 2015. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>. Acesso em: 16/01/2025.

BÜSCHER, K. African cities and violent conflict: the urban dimension of conflict and post conflict dynamics in Central and Eastern Africa. *In: Urban Africa and Violent Conflict*: Routledge, 2020. p. 1-18.

BUSHWAY, S. D.; APEL, R. A signaling perspective on employment-based reentry programming: Training completion as a desistance signal. **Criminology & public policy**, 11, n. 1, p. 21-50, 2012.

CABRAL, S.; LAZZARINI, S. G.; DE AZEVEDO, P. F. Private operation with public supervision: Evidence of hybrid modes of governance in prisons. **Public Choice**, 145, n. 1, p. 281-293, 2010. Article.

CABRAL, S.; LAZZARINI, S. G.; DE AZEVEDO, P. F. Private Entrepreneurs in Public Services: A Longitudinal Examination of Outsourcing and Statization of Prisons. **Strategic Entrepreneurship Journal**, 7, n. 1, p. 6-25, 2013. Article.

CAMPELLO, R. U.; MINHOTO, L. D. Warfare Tactics and Techno-Managerial Solutions: The Public Private Management of the Brazilian Prison Crisis. **Dilemas**, 16, n. 1, p. 49-64, 2023. Article.

CAO, L. Q.; ZHAO, J. H.; VANDINE, S. Prison disciplinary tickets: A test of the deprivation and importation models. **JOURNAL OF CRIMINAL JUSTICE**, 25, n. 2, p. 103-113, 1997.

CARRERAS, M. The impact of criminal violence on regime legitimacy in Latin America. **Latin American research review**, 48, n. 3, p. 85-107, 2013.

CARVACHO, P. Access to justice in prisons or the limitations of prison defense. **Crime, Law and Social Change**, 79, n. 5, p. 531-553, 2023. Article.

CESARONI, G.; LAMBERTI, A. Technical efficiency and productivity analysis of the Italian prison system: a methodological comparison. **International Journal of Business Performance Management**, 15, n. 4, p. 329-350, 2014.

CHAMBERLAIN, P.; REID, J. B. Comparison of two community alternatives to incarceration for chronic juvenile offenders. **JOURNAL OF CONSULTING AND CLINICAL PSYCHOLOGY**, 66, n. 4, p. 624-633, AUG 1998.

CHARNES, A.; COOPER, W. W.; RHODES, E. Measuring the efficiency of decision making units. **European journal of operational research**, 2, n. 6, p. 429-444, 1978.

COHEN, A.; DUNLEA, J. P.; SOLOMON, L. H. Children's and Adults' Perceptions of Religious and Secular Interventions for Incarcerated Individuals in the United States. **RELIGIONS**, 14, n. 7, JUL 2023.

COLLINS, J. A.; FAUSER, B. C. J. M. Balancing the strengths of systematic and narrative reviews. Human reproduction update. Oxford University Press. 11: 103-104 %@ 1460-2369 p. 2005.

CONNELL, C.; BIRKEN, M.; CARVER, H.; BROWN, T. *et al.* Effectiveness of interventions to improve employment for people released from prison: systematic review and meta-analysis. **Health & Justice**, 11, n. 1, p. 1-18, 2023.

COOPER, W. W.; SEIFORD, L. M.; TONE, K. **Data envelopment analysis: a comprehensive text with models, applications, references and DEA-solver software.** Springer, 2007.

COSTA, M. E. S.; MOREIRA, L.; MARIANO, E. B.; FERRAZ, D. Assessing the efficiency of penitentiary system in Minas Gerais, Brazil: Evidence from Data Envelopment Analysis (DEA). **International Journal of Law, Crime and Justice**, 84, p. 100824, 2026/03/01/ 2026.

COTTE POVEDA, A. Estimating effectiveness of the control of violence and socioeconomic development in Colombia: an application of dynamic data envelopment analysis and data panel approach. **Social indicators research**, 105, p. 343-366, 2012.

CRAIG, S. C. Rehabilitation versus control: An organizational theory of prison management. **PRISON JOURNAL**, 84, n. 4, p. 92S-114S, DEC 2004.

CREWE, B.; LIEBLING, A.; HULLEY, S. Staff-Prisoner Relationships, Staff Professionalism, and the Use of Authority in Public- and Private-Sector Prisons. **Law and Social Inquiry**, 40, n. 2, p. 309-344, 2015. Article.

DAGENHARDT, D. M. R.; HEIDEMAN, A.; FREIBURGER, T. L. Examining the Impact of Jail Sanctions on Recidivism for Domestic Violence Probationers. **JOURNAL OF INTERPERSONAL VIOLENCE**, 38, n. 11-12, p. 7383-7403, JUN 2023.

DAL SANTO, L. Brazilian prisons in times of mass incarceration: Ambivalent transformations. **The Howard Journal of Crime and Justice**, 61, n. 4, p. 502-518, 2022.

DANIELS, C. C. D. Evidence informed fatherhood program: An evaluation. **JOURNAL OF SOCIAL WORK**, 23, n. 2, p. 221-242, MAR 2023.

DE CARVALHO, E. J. G. **Políticas públicas e gestão da educação no Brasil**. Eduem, 2012. 8576284146.

DEWEY, S.; PROHASKA, A. “You’re a product of your environment for sure”: Correctional educators on their perceptions of and contributions to prison social climate. **Crime, law and social change**, 77, n. 4, p. 431-450, 2022.

DI PLACIDO, C.; SIMON, T. L.; WITTE, T. D.; GU, D. Q. Treatment of gang members can reduce recidivism and institutional misconduct. **LAW AND HUMAN BEHAVIOR**, 30, n. 1, p. 93-114, FEB 2006.

DI VITA, G. Recent legislative measures to reduce overcrowding of prisons in Italy: a preliminary assessment of their economic impact. **European Journal of Law and Economics**, 49, p. 277-299, 2020.

DIAS PAIÃO JÚNIOR, G.; FERRAZ, D. Economic diversification and sustainable growth: a systematic literature review and bibliometric analysis. **Environment, Development and Sustainability**, 2024/11/13 2024.

DOBMEIER, R. A.; KORNI, S. K.; BROWN-SMYTHE, C.; OUTLAND, R. L. *et al.* Reentry as Experienced by Women in Jail: Advocating for Change. **ADULTSPAN JOURNAL**, 20, n. 1, p. 29-46, APR 2021.

DOS SANTOS, A. L.; CAVALCANTE, F. C.; SILVA, R. G. B.; DE LIMA, H. C. P. Education and work in the prison system: the importance of social reintegration programs in prisons. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, 17, n. 2, p. e5109-e5109, 2024.

DOS SANTOS, A. L.; PEREIRA, D. C. Transforming lives behind bars: education and work as keys to social reintegration in the brazilian prison system. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, 17, n. 2, p. e5108-e5108, 2024.

DUINDAM, H. M.; CREEMERS, H. E.; HOEVE, M.; ASSCHER, J. J. Breaking the chains? The effects of training a shelter dog in prison on criminal behavior and recidivism. **APPLIED DEVELOPMENTAL SCIENCE**, 26, n. 4, p. 813-826, OCT 2 2022.

DUWE, G.; CLARK, V. The Effects of Prison-Based Educational Programming on Recidivism and Employment. **PRISON JOURNAL**, 94, n. 4, p. 454-478, DEC 2014.

ECHCHAKOUI, S. Why and how to merge Scopus and Web of Science during bibliometric analysis: the case of sales force literature from 1912 to 2019. **Journal of Marketing Analytics**, 8, p. 165-184, 2020.

EDEN, C.; ACKERMANN, F. Cognitive mapping expert views for policy analysis in the public sector. **EUROPEAN JOURNAL OF OPERATIONAL RESEARCH**, 152, n. 3, p. 615-630, FEB 1 2004.

ELBERS, J. M.; VAN GINNEKEN, E. F.; NIEUWBEERTA, P.; BOONE, M. *et al.* The effects of reward systems in prison: A systematic review. **International Journal of Law, Crime and Justice**, 71, p. 100556, 2022.

ELLISON, M.; SZIFRIS, K.; HORAN, R.; FOX, C. A rapid evidence assessment of the effectiveness of prison education in reducing recidivism and increasing employment. **Probation Journal**, 64, n. 2, p. 108-128, 2017. Article.

FAHEY, J.; ROBERTS, C.; ENGEL, L. Employment of ex-offenders: Employer perspectives. **Crime and Justice Institute**, 55, n. 4, p. 297-305, 2006.

FAHMY, C.; CLARK, K. J.; MITCHELL, M. M.; DECKER, S. H. *et al.* Method to the Madness: Tracking and Interviewing Respondents in a Longitudinal Study of Prisoner Reentry. **SOCIOLOGICAL METHODS & RESEARCH**, 51, n. 3, p. 1282-1324, AUG 2022.

FAHMY, C.; GRICIUS, M.; CHAMBERLAIN, A. W.; WALLACE, D. Prison Visitation and the Likelihood of Post-Release Employment. **CRIME & DELINQUENCY**, 68, n. 12, p. 2200-2224, NOV 2022.

FELTRÁN, G. On Homicide Rates: Sketching an Analytical Framework From the Brazilian Case. *In: Crime, Violence, and Justice in Latin America*: Routledge, 2022. p. 215-234.

FERNANDEZ, K. E.; KUENZI, M. Crime and support for democracy in Africa and Latin America. **Political Studies**, 58, n. 3, p. 450-471, 2010.

FERRAZ, D.; FALGUERA, F. P.; MARIANO, E. B.; HARTMANN, D. Linking economic complexity, diversification, and industrial policy with sustainable development: A structured literature review. **Sustainability**, 13, n. 3, p. 1265, 2021.

FERRAZ, D.; PYKA, A. Circular economy, bioeconomy, and sustainable development goals: a systematic literature review. **Environmental Science and Pollution Research**, p. 1-22, 2023.

FERREIRA, M. A.; GONÇALVES, A. B. Criminal governance and systems of parallel justice: Practice and implications in Brazilian urban peripheries. **International Journal of Law, Crime and Justice**, 68, 2022. Article.

FLEGL, M.; GRESS, E. S. H. A two-stage Data Envelopment Analysis model for investigating the efficiency of the public security in Mexico. **Decision Analytics Journal**, 6, p. 100181, 2023.

FOLEY, R. M. Academic characteristics of incarcerated youth and correctional educational programs: A literature review. **JOURNAL OF EMOTIONAL AND BEHAVIORAL DISORDERS**, 9, n. 4, p. 248-259, WIN 2001.

FRIENDSHIP, C.; MANN, R. E.; BEECH, A. R. Evaluation of a national prison-based treatment program for sexual offenders in England and Wales. **JOURNAL OF INTERPERSONAL VIOLENCE**, 18, n. 7, p. 744-759, JUL 2003.

GAMA-ARAUJO, I. S.; BEZERRA FILHO, J. G.; KERR, L.; KENDALL, C. *et al.* Physical violence inside female prisons in Brazil: prevalence and related factors. **Ciencia & saude coletiva**, 25, p. 623-632, 2020.

GIACALONE, M.; NISSI, E.; CUSATELLI, C. Dynamic efficiency evaluation of Italian judicial system using DEA based Malmquist productivity indexes. **Socio-Economic Planning Sciences**, 72, p. 100952, 2020.

GIFFORD, B. Prison crime and the economics of incarceration. **Stan. L. Rev.**, 71, p. 71, 2019.

GILES, M. Study in prison reduces recidivism and welfare dependence: A case study from Western Australia 2005-2010. **Trends and Issues in Crime and Criminal Justice**, n. 514, 2016. Article.

GOH, L. T.; LAW, S. H. The crime rate of five Latin American countries: Does income inequality matter? **International Review of Economics & Finance**, 86, p. 745-763, 2023.

GOODLEY, G.; PEARSON, D. Risk management in open prisons: A critical analysis and research agenda. **PROBATION JOURNAL**, 70, n. 4, p. 367-384, DEC 2023.

GPI. Global Peace Index. <http://www.visionofhumanity.org/>. (accessed on October 16, 2023). 2023.

GRANADOS, L.; SURIÁ, R.; PEREA, C.; PAYÁ, C. *et al.* Effectiveness of a program for the development of socio-emotional competences in people admitted to a penitentiary center. **FRONTIERS IN PUBLIC HEALTH**, 10, JAN 10 2023.

GREENWOOD, P. Prevention and intervention programs for juvenile offenders. **The future of Children**, p. 185-210, 2008.

GUNDERSON, A. Why Do States Privatize their Prisons? the Unintended Consequences of Inmate Litigation. **Perspectives on Politics**, 20, n. 1, p. 187-204, 2022. Article.

HALL, M. J.; LIU, W. B.; SIMPER, R.; ZHOU, Z. The economic efficiency of rehabilitative management in young offender institutions in England and Wales. **Socio-Economic Planning Sciences**, 47, n. 1, p. 38-49, 2013.

HALL, M. J. B.; LIU, W. B. B.; SIMPER, R.; ZHOU, Z. B. The economic efficiency of rehabilitative management in young offender institutions in England and Wales. **SOCIO-ECONOMIC PLANNING SCIENCES**, 47, n. 1, p. 38-49, MAR 2013.

HARDING, R. Private prisons. *In*: TONRY, M. (Ed.). **CRIME AND JUSTICE: A REVIEW OF RESEARCH, VOL 28**, 2001. v. 28, p. 265-346.

HARRY, A. G.; COHEN, M. L.; HOLLINGWORTH, L. An evaluation of a musical learning exchange: A case study in a US prison. **INTERNATIONAL JOURNAL OF MUSIC EDUCATION**, 41, n. 3, p. 398-412, AUG 2023.

HART, T. C.; CHATAWAY, M.; MELLBERG, J. Measuring fear of crime during the past 25 years: A systematic quantitative literature review. **Journal of Criminal Justice**, 82, p. 101988, 2022.

HATHAZY, P.; MÜLLER, M.-M. The rebirth of the prison in Latin America: determinants, regimes and social effects. **Crime, Law and Social Change**, 65, n. 3, p. 113-135, 2016.

HAVIV, N.; ITZIK, L. The role of ethnicity in the admission process of male juvenile released offenders: Examining risk and readiness to change in the Israeli Shushan centers. **JOURNAL OF ADOLESCENCE**, 2023 SEP 3 2023.

HEIMER, K. Inequalities and crime. **Criminology**, 57, n. 3, p. 377-394, 2019.

HENNEBEL, V.; SIMPER, R.; VERSCHELDE, M. Is there a prison size dilemma? An empirical analysis of output-specific economies of scale. **European journal of operational research**, 262, n. 1, p. 306-321, 2017.

HENRICHSON, C.; DELANEY, R. The price of prisons: What incarceration costs taxpayers. **Fed. Sent'g Rep.**, 25, p. 68, 2012.

HILLER, M. L.; KNIGHT, K.; SIMPSON, D. D. Prison-based substance abuse treatment, residential aftercare and recidivism. **Addiction**, 94, n. 6, p. 833-842, 1999.

HORGAN, J.; BRADDOCK, K. Rehabilitating the Terrorists?: Challenges in Assessing the Effectiveness of De-radicalization Programs. **TERRORISM AND POLITICAL VIOLENCE**, 22, n. 2, p. 267-291, 2010.

IUDICI, A. Can a prison be self-managed? A study of the informal organisation of a bolivian prison. **CRIME LAW AND SOCIAL CHANGE**, 76, n. 2, p. 195-213, SEP 2021.

JIANG, S. H.; FISHER-GIORLANDO, M. Inmate misconduct: A test of the deprivation, importation, and situational models. **PRISON JOURNAL**, 82, n. 3, p. 335-358, SEP 2002.

JOHNSON, W. W.; BENNETT, K.; FLANAGAN, T. J. Getting tough on prisoners: Results from the National Corrections Executive Survey, 1995. **Crime and Delinquency**, 43, n. 1, p. 24-41, 1997. Article.

JONSON, C. L.; CULLEN, F. T. Prisoner Reentry Programs. *In*: TONRY, M. (Ed.). **CRIME AND JUSTICE: A REVIEW OF RESEARCH**, VOL 44, 2015. v. 44, p. 517-575.

KEENE, D. E.; SMOYER, A. B.; BLANKENSHIP, K. M. Stigma, housing and identity after prison. **The Sociological Review**, 66, n. 4, p. 799-815, 2018.

KHOSHNAMEI, M. S.; ARSHI, M.; ALIPOUR, F.; JAVADI, M. H. *et al.* Guide to Social Work Intervention for Community Re-entry of Offenders With a History of Violence Against Individuals. **ARCHIVES OF REHABILITATION**, 22, n. 3, p. 298-318, FAL 2021.

KIM, D. Y. Prison Privatization: An Empirical Literature Review and Path Forward. **INTERNATIONAL CRIMINAL JUSTICE REVIEW**, 32, n. 1, p. 24-47, MAR 2022.

KJELSBORG, E.; SKOGLUND, T. H.; RUSTAD, A. B. Attitudes towards prisoners, as reported by prison inmates, prison employees and college students. **BMC PUBLIC HEALTH**, 7, MAY 4 2007.

KLEINSTUBER, R.; COLDSMITH, J. Is life without parole an effective way to reduce violent crime? An empirical assessment. **CRIMINOLOGY & PUBLIC POLICY**, 19, n. 2, p. 617-651, MAY 2020.

KRAUS, S.; BREIER, M.; LIM, W. M.; DABIĆ, M. *et al.* Literature reviews as independent studies: guidelines for academic practice. **Review of Managerial Science**, 16, n. 8, p. 2577-2595 %@ 1863-6683, 2022.

KRUZE, E.; PRIEDE, J. Cost-effectiveness of prison system development-comparison of the European countries. **European Integration Studies**, n. 14, p. 69-79, 2020.

KUZIEMKO, I. HOW SHOULD INMATES BE RELEASED FROM PRISON? AN ASSESSMENT OF PAROLE VERSUS FIXED-SENTENCE REGIMES. **QUARTERLY JOURNAL OF ECONOMICS**, 128, n. 1, p. 371-424, FEB 2013.

KUZIEMKO, Y.; LEVITT, S. D. An empirical analysis of imprisoning drug offenders. **JOURNAL OF PUBLIC ECONOMICS**, 88, n. 9-10, p. 2043-2066, AUG 2004.

LEE, B. X.; KJAERULF, F.; TURNER, S.; COHEN, L. *et al.* Transforming our world: implementing the 2030 agenda through sustainable development goal indicators. **Journal of public health policy**, 37, p. 13-31, 2016.

LIEBLING, A.; ARNOLD, H. Prisons and their moral performance: A study of values, quality, and prison life. 2004.

LIM, W.; CIASULLO, M.; DOUGLAS, A.; KUMAR, S. Environmental social governance (ESG) and total quality management (TQM): a multi-study meta-systematic review. *Total Qual Manag Bus Excell.* 2022.

LIMONCELLI, K. E.; MELLOW, J.; NA, C. Determinants of intercountry prison incarceration rates and overcrowding in Latin America and the Caribbean. **International Criminal Justice Review**, 30, n. 1, p. 10-29, 2020.

LIMONCELLI, K. E.; MELLOW, J.; NA, C. M. Determinants of Intercountry Prison Incarceration Rates and Overcrowding in Latin America and the Caribbean. **INTERNATIONAL CRIMINAL JUSTICE REVIEW**, 30, n. 1, p. 10-29, MAR 2020.

LIU, L. Parole, Neighborhood and Reentry Outcomes: A Contextualized Analysis. **INTERNATIONAL JOURNAL OF OFFENDER THERAPY AND COMPARATIVE CRIMINOLOGY**, 65, n. 6-7, p. 741-762, MAY 2021.

LIU, L.; MILLER, S. L.; VISHER, C. A. The Strain of Procedural Injustice in Parole among Former Prisoners: A Test with a Mixed-Gender Sample. **JUSTICE QUARTERLY**, 38, n. 4, p. 653-677, JUN 7 2021.

LYNCH, S. M.; HEATH, N. M.; MATHEWS, K. C.; CEPEDA, G. J. Seeking Safety: An Intervention for Trauma-Exposed Incarcerated Women? **JOURNAL OF TRAUMA & DISSOCIATION**, 13, n. 1, p. 88-101, 2012.

MACDONALD, M. Overcrowding and its impact on prison conditions and health. **International journal of prisoner health**, 14, n. 2, p. 65-68, 2018.

MADNI, G. R.; KHAN, B. Siege of violent crimes through economic complexity and institutions. **International and Multidisciplinary Journal of Social Sciences**, 8, n. 2, p. 146-163, 2019.

MAGUIRE, M.; RAYNOR, P. How the resettlement of prisoners promotes desistance from crime: Or does it? **Criminology and Criminal Justice**, 6, n. 1, p. 19-38, 2006. Article.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. Editora Todavia SA, 2018. 8588808048.

MARIANO, E. B.; REBELATTO, D. A. D. N. Transformation of wealth produced into quality of life: analysis of the social efficiency of nation-states with the DEA's triple index approach. **Journal of the Operational Research Society**, 65, n. 11, p. 1664-1681, 2014.

MARIANO, E. B.; SOBREIRO, V. A.; DO NASCIMENTO REBELATTO, D. A. Human development and data envelopment analysis: A structured literature review. **Omega**, 54, p. 33-49, 2015.

MARKO, K. Serving the Public Good?-A Corpus-Assisted Discourse Analysis of Private Prisons and For-Profit Incarceration in the United States. **Frontiers in Communication**, 6, 2021. Article.

MARQUES, J. K.; WIEDERANDERS, M.; DAY, D. M.; NELSON, C. *et al.* Effects of a relapse prevention program on sexual recidivism: Final results from California's sex offender treatment and evaluation project (SOTEP). **SEXUAL ABUSE-A JOURNAL OF RESEARCH AND TREATMENT**, 17, n. 1, p. 79-107, JAN 2005.

MARSHALL, W. L.; MARSHALL, L. E. A cost-benefit analysis of a treatment program for adult males who have offended sexually. **JOURNAL OF SEXUAL AGGRESSION**, 27, n. 3, p. 313-318, SEP 2 2021.

MCKILLOP, N.; HINE, L.; RAYMENT-MCHUGH, S.; PRENZLER, T. *et al.* Effectiveness of sexual offender treatment and reintegration programs: Does program composition and sequencing matter? **JOURNAL OF CRIMINOLOGY**, 55, n. 2, p. 180-201, JUN 2022.

MCNEELEY, S. Effectiveness of a Prison-Based Treatment Program for Male Perpetrators of Intimate Partner Violence: A Quasi-Experimental Study of Criminal Recidivism. **JOURNAL OF INTERPERSONAL VIOLENCE**, 36, n. 21-22, p. 10405-10430, NOV 2021.

MEARS, D. P.; WATSON, J. Towards a fair and balanced assessment of supermax prisons. **Justice Quarterly**, 23, n. 02, p. 232-270, 2006.

MELNICK, G.; DE LEON, G.; THOMAS, G.; KRESSEL, D. *et al.* Treatment process in prison therapeutic communities: Motivation, participation, and outcome. **AMERICAN JOURNAL OF DRUG AND ALCOHOL ABUSE**, 27, n. 4, p. 633-650, 2001.

MEYERS, T. J.; TESTA, A.; WRIGHT, K. A. Managing Violence: In-Prison Behavior Associated with Placement in an Alternative Disciplinary Segregation Program. **AMERICAN JOURNAL OF CRIMINAL JUSTICE**, 48, n. 1, p. 250-272, FEB 2023.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G. *et al.* Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **Annals of internal medicine**, 151, n. 4, p. 264-269, 2009.

MOLES-LÓPEZ, E.; AÑAÑOS, F. T. Factors of prison recidivism in women: A socioeducational and sustainable development analysis. **Sustainability**, 13, n. 11, p. 5822, 2021.

MONTES, A. N.; COCHRAN, J. C.; ANDERSON, C. N. Private Versus Public Incarceration: Incarcerated Individuals' Experiences and Perceptions of Environmental Quality. **Crime and Delinquency**, 69, n. 13-14, p. 2765-2797, 2023. Article.

MONTES, A. N.; MORGAN, S. J. Helpful or Harmful? Theorizing Privatized Corrections: Findings from a Qualitative Study. **JOURNAL OF CRIME & JUSTICE**, 44, n. 4, p. 458-479, AUG 8 2021.

MOORE, L. B.; SHANNON, S. Reduced criminal thinking in the values-based Prison Fellowship Academy® program. **JOURNAL OF OFFENDER REHABILITATION**, 61, n. 5, p. 263-279, JUL 4 2022.

MORAN, D. **Carceral geography: Spaces and practices of incarceration**. Routledge, 2016. 1315570858.

MORSELLI, C.; TREMBLAY, P. Criminal achievement, offender networks and the benefits of low self-control. **Criminology**, 42, n. 3, p. 773-804, 2004. Article.

MUHAMMAD, Y. A.; GWANGNDI, M. I.; HASSAN, A. The rights of prisoners in Nigeria and the role of prisons and modern penology. **JL Pol'y & Globalization**, 60, p. 71, 2017.

MUNGAN, M. C. Rewards versus Imprisonment. **AMERICAN LAW AND ECONOMICS REVIEW**, 23, n. 2, p. 432-480, FAL 2021.

NASER, R. L.; LA VIGNE, N. G. Family support in the prisoner reentry process: Expectations and realities. **Journal of Offender Rehabilitation**, 43, n. 1, p. 93-106, 2006. Article.

NEPOMUCENO, T. C. C.; SANTIAGO, K. T. M.; DARAIO, C.; COSTA, A. P. C. S. Exogenous crimes and the assessment of public safety efficiency and effectiveness. **Annals of Operations Research**, p. 1-34, 2020.

NISSI, E.; GIACALONE, M.; CUSATELLI, C. The efficiency of the Italian judicial system: a two stage data envelopment analysis approach. **Social Indicators Research**, 146, p. 395-407, 2019.

NNAMANI, R. G.; OBUMUNAEME, K.; ONYEJEGBU, C. D.; AJAH, B. O. *et al.* Use of Noncustodial Measure and Independent Monitoring Body as Panacea to Awaiting-Trial Problems in Ebonyi State, Nigeria. **INTERNATIONAL JOURNAL OF CRIMINAL JUSTICE SCIENCES**, 16, n. 1, p. 51-63, JAN-JUN 2021.

NUR, A. V.; NGUYEN, H. Prison Work and Vocational Programs: A systematic review and analysis of moderators of program success. **Justice Quarterly**, 40, n. 1, p. 129-158, 2023.

ONU. United Nations. Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development. 2015.

OWENS, E. G. More time, less crime? Estimating the incapacitative effect of sentence enhancements. **Journal of Law and Economics**, 52, n. 3, p. 551-579, 2009. Article.

PAGE, M. J.; MCKENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **International journal of surgery**, 88, p. 105906, 2021.

PAIVA, J. P. S. D.; LEAL, T. C.; SILVA, L. F. D.; SANTOS, L. G. *et al.* Health in prison: coronavirus disease 2019's challenges in the Brazilian criminal justice system. **Revista da Associação Médica Brasileira**, 69, n. 1, p. 186-190, 2023.

PAUDEL, K.; POTTER, G. R.; PHELPS, J. Conservation enforcement: Insights from people incarcerated for wildlife crimes in Nepal. **CONSERVATION SCIENCE AND PRACTICE**, 2, n. 2, FEB 2020.

PAYNE, B. K.; GAINEY, R. R. A qualitative assessment of the pains experienced on electronic monitoring. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, 42, n. 2, p. 149-163, 1998. Article.

PEARSON, F. S.; LIPTON, D. S.; CLELAND, C. M.; YEE, D. S. The effects of behavioral/cognitive-behavioral programs on recidivism. **Crime & Delinquency**, 48, n. 3, p. 476-496, 2002.

PELEG-KORIAT, I.; WEIMANN-SAKS, D. The Role of Proneness to Guilt and Shame Among People in Custody in Promoting Restorative Justice Processes. **CRIMINAL JUSTICE AND BEHAVIOR**, 48, n. 7, p. 999-1017, JUL 2021.

PELISSIER, B. M. M.; CAMP, S. D.; GAES, G. G.; SAYLOR, W. G. *et al.* Gender differences in outcomes from prison-based residential treatment. **JOURNAL OF SUBSTANCE ABUSE TREATMENT**, 24, n. 2, p. 149-160, MAR 2003.

PEREA, C. M. Extreme violence without war and its social reproduction implications for building peace in Latin America. **Peacebuilding**, 7, n. 3, p. 254-267, 2019.

PETRE, A.; TOMITA, M. Social Impact Bonds as an instrument for controlling incarceration costs and supporting societal positive change. *In: PROCEEDINGS OF THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON BUSINESS EXCELLENCE*, 2022, **16**. AUG 1. p. 621-628. DOI: 10.2478/picbe-2022-0059.

PETTERINI, F.; GONÇALVES, J.; SALLUM, S. An analysis of recidivism by gender based on Brazilian prison microdata. **Brazilian Review of Econometrics**, 41, n. 2, 2023.

PETTICREW, M. Systematic reviews from astronomy to zoology: myths and misconceptions. **Bmj**, 322, n. 7278, p. 98-101, 2001.

PHELPS, M. S. The Paradox of Probation: Community Supervision in the Age of Mass Incarceration. **Law and Policy**, 35, n. 1-2, p. 51-80, 2013. Article.

PICKERING, C.; BYRNE, J. The benefits of publishing systematic quantitative literature reviews for PhD candidates and other early-career researchers. **Higher Education Research & Development**, 33, n. 3, p. 534-548, 2014.

PIQUERO, A. R. Racial Inequality in Firearm Homicide Victimization—but not Other Types of US Violence. **Cambridge Journal of Evidence-Based Policing**, 8, n. 1, p. 1, 2024.

POVEDA, A. C. Economic development, inequality and poverty: an analysis of urban violence in Colombia. **Oxford Development Studies**, 39, n. 4, p. 453-468, 2011.

PRENDERGAST, M. L.; HALL, E. A.; WEXLER, H. K.; MELNICK, G. *et al.* Amity prison-based therapeutic community: 5-year outcomes. **The Prison Journal**, 84, n. 1, p. 36-60, 2004.

PRICE, B. E.; RICCUCCI, N. M. Exploring the determinants of decisions to privatize state prisons. **American Review of Public Administration**, 35, n. 3, p. 223-235, 2005. Review.

RAJ, P.; KALLURU, S. R. Does crime impede economic growth? An evidence from India. **Cogent Social Sciences**, 9, n. 1, p. 2196814, 2023.

REESE, R. The Reintegration Academy for parolees. **Journal of Adult and Continuing Education**, 27, n. 2, p. 267-291, 2021. Article.

REISIG, M. D. Rates of disorder in higher-custody state prisons: A comparative analysis of managerial practices. **Crime and Delinquency**, 44, n. 2, p. 229-244, 1998. Article.

RENN, T.; VEEH, C.; GRADY, M. D.; EDWARDS, D. *et al.* The Role of Preparatory Programming in Increasing the Effectiveness of a Sex Offender Treatment Intervention. **VICTIMS & OFFENDERS**, 17, n. 1, p. 22-37, JAN 2 2022.

RHIM, J. H. LEFT AT THE GATE: HOW GATE MONEY COULD HELP PRISONERS REINTEGRATE UPON RELEASE. **CORNELL LAW REVIEW**, 106, n. 3, p. 783-813, 2021.

RODRÍGUEZ-MENÉS, J. Implementation and Effectiveness of In-Prison Programs for Intimate Partner Violence Perpetrators: Evidence From Spain. **CRIMINAL JUSTICE AND BEHAVIOR**, 50, n. 6, p. 806-829, JUN 2023.

ROGGE, N.; SIMPER, R.; VERSCHELDE, M.; HALL, M. An analysis of managerialism and performance in English and Welsh male prisons. **European Journal of Operational Research**, 241, n. 1, p. 224-235, 2015.

ROMASHOV, R. A.; BRYLEVA, E. A. Post-prison resocialization-myth or reality? **Вестник Санкт-Петербургского университета. Право**, 10, n. 4, p. 827-835, 2019.

ROSE, E. K. Who gets a second chance? effectiveness and equity in supervision of criminal offenders. **Quarterly Journal of Economics**, 136, n. 2, p. 1199-1253, 2021. Article.

ROSE, E. K.; SHEM-TOV, Y. How does incarceration affect reoffending? Estimating the dose-response function. **Journal of Political Economy**, 129, n. 12, p. 3302-3356, 2021. Article.

ROWLANDS, M. T.; PALK, G.; YOUNG, R. M. Recidivism rates of sex offenders managed under the Dangerous Prisoners (Sexual Offenders) Act 2003: an evaluation of actuarial justice. **PSYCHIATRY PSYCHOLOGY AND LAW**, 28, n. 2, p. 310-323, MAR 4 2021.

SAMPSON, R. J.; LAURITSEN, J. L. Racial and ethnic disparities in crime and criminal justice in the United States. **Crime and justice**, 21, p. 311-374, 1997.

SCHNEPEL, K. T. Economics of Incarceration. **Australian Economic Review**, 49, n. 4, p. 515-523, 2016. Article.

SEITER, R. P.; KADELA, K. R. Prisoner reentry: What works, what does not, and what is promising. **Crime & Delinquency**, 49, n. 3, p. 360-388, 2003.

SEN, A. Development as freedom. **Development in Practice-Oxford-**, 10, n. 2, p. 258-258, 2000.

SEN, A. **Identity and violence: The illusion of destiny.** Penguin Books India, 2007. 0141027800.

SILVA, R. G. B.; DOS SANTOS, A. L.; BRANDT, M. D. P. R.; MARQUES, D. J. C. Education in the prison system: an analysis of the Amazonas prison system. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, 17, n. 2, p. e5227-e5227, 2024.

SIMPSON, D. D. A conceptual framework for drug treatment process and outcomes. **JOURNAL OF SUBSTANCE ABUSE TREATMENT**, 27, n. 2, p. 99-121, SEP 2004.

SISDEPEN. Secretaria Nacional de Políticas Penais. <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/servicos/sisdepen>. 2024.

SNYDER, H. Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. **Journal of business research**, 104, p. 333-339, 2019.

STAHLBERG, S. G. From prison gangs to transnational mafia: the expansion of organized crime in Brazil. **Trends in Organized Crime**, 25, n. 4, p. 443-465, 2022.

STEINER, B.; WOOLDREDGE, J. Inmate versus environmental effects on prison rule violations. **CRIMINAL JUSTICE AND BEHAVIOR**, 35, n. 4, p. 438-456, APR 2008.

STICKLE, B.; SCHUSTER, S. S. Are Schools in Prison Worth It? The Effects and Economic Returns of Prison Education. **AMERICAN JOURNAL OF CRIMINAL JUSTICE**, 48, n. 6, p. 1263-1294, DEC 2023.

SUCHECKI, A. M. An evaluation of the technical efficiency of cultural institutions in poland: A case study of the regional system of public libraries. **Argumenta Oeconomica**, 2020, n. 2, p. 163-187, 2020. Article.

SULLIVAN, T.; MCDONALD, M.; THOMSON, S. T. Offender case management: Reducing the rate of reoffending by Maori. **AUSTRALIAN AND NEW ZEALAND JOURNAL OF CRIMINOLOGY**, 49, n. 3, p. 405-421, SEP 2016.

THOMAS, C. W. Prisonization or Resocialization?: A Study of External Factors Associated with the Impact of Imprisonment. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, 10, n. 1, p. 13-21, 1973. Article.

TOLBERT, M. **A reentry education model: Supporting education and career advancement for low-skill individuals in corrections**. US Department of Education, Office of Vocational and Adult Education ..., 2012.

TRUDGETT, M.; MCGRATH, A.; SPACCAVENTO, B. Engaging First Nations Australians in Correctional Treatment: The Perspectives of Program Recipients and Facilitators. **CRIMINAL JUSTICE AND BEHAVIOR**, 51, n. 1, p. 24-42, JAN 2023.

TURANOVIC, J. J.; TASCA, M. Conditions of Contact: Reexamining the Relationship between Prison Visitation and Recidivism. **JUSTICE QUARTERLY**, 39, n. 5, p. 923-952, JUL 29 2022.

TURNBULL, S.; HANNAH-MOFFAT, K. Under these conditions. **British Journal of Criminology**, 49, n. 4, p. 532-551, 2009. Article.

UNODC. Handbook on the Management of Prisoners with Special Needs. **United Nations**, 2023.

VAN ECK, N.; WALTMAN, L. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **scientometrics**, 84, n. 2, p. 523-538, 2010.

VEEH, C. A.; RENN, T.; PETTUS, C.; PETSCHER, Y. Validation for Multidimensional Measure of Reentry Well-Being Among Individuals Who Are Incarcerated. **RESEARCH ON SOCIAL WORK PRACTICE**, 34, n. 1, p. 98-122, JAN 2024.

VISHER, C. A.; LATTIMORE, P. K.; BARRICK, K.; TUELLER, S. Evaluating the Long-Term Effects of Prisoner Reentry Services on Recidivism: What Types of Services Matter? **JUSTICE QUARTERLY**, 34, n. 1, p. 136-165, FEB 2017.

WACQUANT, L.; WACQUANT, L. **Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity**. duke university Press, 2020. 0822392259.

WALKER, M. L. Race Making in a Penal Institution. **AMERICAN JOURNAL OF SOCIOLOGY**, 121, n. 4, p. 1051-1078, JAN 2016.

WALLACE, D.; WANG, X. Does in-prison physical and mental health impact recidivism? **SSM-population health**, 11, p. 100569, 2020.

WALTER, K. S.; DOS SANTOS, P. C. P.; GONÇALVES, T. O.; DA SILVA, B. O. *et al.* The role of prisons in disseminating tuberculosis in Brazil: A genomic epidemiology study. **The Lancet Regional Health–Americas**, 9, 2022.

WALTER, K. S.; MARTINEZ, L.; ARAKAKI-SANCHEZ, D.; SEQUERA, V. G. *et al.* The escalating tuberculosis crisis in central and South American prisons. **The Lancet**, 397, n. 10284, p. 1591-1596, 2021.

WESTERN, B.; KLING, J. R.; WEIMAN, D. F. The labor market consequences of incarceration. **Crime & delinquency**, 47, n. 3, p. 410-427, 2001.

WEXLER, H. K.; DE LEON, G.; THOMAS, G.; KRESSEL, D. *et al.* The Amity prison TC evaluation - Reincarceration outcomes. **CRIMINAL JUSTICE AND BEHAVIOR**, 26, n. 2, p. 147-167, JUN 1999.

WONG, K.; HORAN, R. Mentoring: Can you get too much of a 'good thing'? Proposing enhancements to the 'effectiveness framework' the England and Wales Prison and Probation Service. **EUROPEAN JOURNAL OF PROBATION**, 13, n. 3, p. 207-225, DEC 2021.

WORMITH, J. S.; ALTHOUSE, R.; SIMPSON, M.; REITZEL, L. R. *et al.* The rehabilitation and reintegration of offenders: The current landscape and some future directions for correctional psychology. **Criminal justice and Behavior**, 34, n. 7, p. 879-892, 2007.

WU, A.; HUANG, C.-J. Efficiency performance and the drivers of efficiency–The test of correctional institutions. **Taiwan Accounting Review**, 3, p. 113-139, 2003.

YALÇIN, M.; ARITÜRK, S.; AKÇAY, N. S. G.; SÜTCÜ, S. T. Cognitive Behavioral Group Therapy for Anger Management in Juvenile Delinquents: Effectiveness Study in a Turkey Child Prison. **INTERNATIONAL JOURNAL OF OFFENDER THERAPY AND COMPARATIVE CRIMINOLOGY**, 2023 APR 21 2023.

YEUNG, L. L.; AZEVEDO, P. F. Measuring efficiency of Brazilian courts with data envelopment analysis (DEA). **IMA Journal of Management Mathematics**, 22, n. 4, p. 343-356, 2011.

ZHANG, A. "Safety overrides all other concerns?": On why collective discipline in China fail to rehabilitate female prisoners. **INTERNATIONAL JOURNAL OF LAW CRIME AND JUSTICE**, 70, SEP 2022.

ZOU, Y.; HE, Y.; LIN, W.; FANG, S. China's regional public safety efficiency: a data envelopment analysis approach. **The annals of regional science**, 66, p. 409-438, 2021.